

Utopias e Distopias da Ciência Política

Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)



Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)

Utopias e Distopias da Ciência Política

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
U91	Utopias e distopias da Ciência Política [recurso eletrônico] / Organizadora Karoline Coelho de Andrade e Souza. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-627-0 DOI 10.22533/at.ed.270191609 1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa – Brasil. 3. Utopias. I. Souza, Karoline Coelho de Andrade e. <p style="text-align: right;">CDD 184</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Ciência Política é uma área de estudo com enorme relevância e impacto social vez que, dentre seus variados campos de estudo, encontramos a análise de políticas públicas, das instituições políticas, da atuação da Administração Pública, dentro outros. São campos diversos, mas que, em síntese, visam ao aprimoramento das instituições políticas de um país, seja em termos de desenvolvimento socioeconômico, de refinamento da democracia ou balanço das relações de poder dentro de um Estado.

Desta forma, a obra “Utopias e Distopias da Ciência Política” dedica-se, com acuidade, à análise de diversas políticas públicas importantes no Brasil atual, tais como aquelas voltadas para à efetivação do direito à cultura, ao desenvolvimento econômico ou atenuação de problemas sociais mais marcantes, como a violência doméstica e familiar. Além desse enfoque, a obra igualmente dedica-se a questões clássicas da Ciência Política, como atuação de partidos políticos, políticas partidárias, eleições e outros temas. Com esse enfoque, o livro pretende não só apresentar um diagnóstico amplo sobre as questões políticas atuais, mas apresentar, de forma crítica, os principais avanços e entraves no desenvolvimento da democracia brasileira, justificando o nome que leva.

Assim, o primeiro capítulo “Programa Nacional de Apoio a Cultura: um balanço” busca demonstrar os resultados do PRONAC como principal programa de apoio e fomento à cultura no país. Seguindo na mesma ótica, os capítulos “A Heterogeneidade da Política Cultural Contemporânea: as múltiplas formas de gestão dos equipamentos culturais públicos” e “Ações Culturais em Museus para Pessoas Privadas de Liberdade: projeto construindo” e trabalham com estudos específicos, um no Rio Grande do Sul com as Associações de Amigos, e o outro em Santa Catarina com o projeto *Construindo*, que realizam a promoção da cultura em campos diferentes, mas essenciais.

O quarto capítulo, intitulado “A Casa da Memória da Rede Fitovida: estratégias associativas de grupos comunitários de saúde em busca do registro de patrimônio Imaterial”, parte de uma ótica interdisciplinar e analisa um programa voltado para a saúde e preservação do patrimônio cultural de uma comunidade em Belford Roxo/RJ, a partir da preservação e do uso tradicional das plantas medicinais.

Por sua vez, os artigos “Programa de Aceleração de Crescimento”, “O Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS como Política Pública: uma análise do período de 2003 a 2008” e “Economia Solidária e Incentivo Legislativo à Geração de Trabalho a partir do Associativismo” trabalham com três políticas públicas focalizadas na área do desenvolvimento econômico. O oitavo artigo, intitulado “O Processo de Tomada de Decisão da Administração Superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) tendo como Referência os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA)” analisa como os relatórios da CPA, importante mecanismo de avaliação do ensino superior, é utilizado como instrumento para a própria UNIVASF como meio político de avaliação e melhora do ensino superior nesta instituição.

Em contraposição, os artigos “Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde como Política Pública no Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, “Mídia e Democracia: Relações de Poder na Narrativa Jornalística sobre o Trabalho Doméstico” e “Gênero Financiado: uma análise da distribuição de recursos financeiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014” possuem enfoque no gênero como preocupação principal, para analisar três objetos distintos. Enquanto no primeiro temos a importância dos agentes comunitários de saúde como funcionários de ponta no auxílio ao combate à violência de gênero em suas duas formas (violência doméstica e familiar), o segundo volta-se para importância do trabalho doméstico, a partir não só do recorte de gênero, mas igualmente de classe e raça/etnia e, o terceiro, analisa a distribuição de recursos nas campanhas eleitoras em razão do sexo e como esse fator impacta na representatividade feminina na política brasileira.

Ainda, inseridos dentro da análise clássica da Ciência Política, temos “O Senado em Duas Décadas: o background dos senadores eleitos entre 1994 e 2014” e “Políticas Partidárias de Confrontação na Esfera Virtual: análise dos perfis das lideranças do PT e do PSDB no Facebook” que se voltam para o processo legislativo. Enquanto o primeiro analisa o perfil dos senadores brasileiros eleitos entre 1994 e 2014, a partir das suas áreas profissionais de origem, o segundo volta-se para análise das publicações de dois dos mais importantes partidos políticos brasileiros em uma rede social, durante outubro de 2015. Por fim, o artigo “Possessões Demoníacas em Michel de Certeau: elaborações imaginárias do maligno no confronto com a alteridade”, analisa a correlação entre psicanálise e mística nos trabalhos de Certeau a partir do estudo de casos de possessões demoníacas, tidos como resultantes do confronto com o Outro, seja a partir de uma ótica espiritual, histórica ou psicanalítica.

Como podemos perceber, a variedade de temas é a pedra de toque do presente livro, isto é, funciona como a sua principal qualidade vez que, diante da extensão de temas possíveis dentro da Ciência Política a interdisciplinariedade, evidenciada não somente pelos temas, mas pelas áreas de atuação dos autores, é essencial para garantir a qualidade de qualquer discussão dentro da área. E mais, variedade esta que visa, sem sombra de dúvida, ao aprimoramento das instituições políticas brasileiras, aprimoramento que resulta na qualidade da nossa própria democracia.

Karoline Coelho de Andrade e Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA: UM BALANÇO	
Gabriel Medeiros Chati	
DOI 10.22533/at.ed.2701916091	
CAPÍTULO 2	16
A HETEROGENEIDADE DA POLÍTICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS	
Jackson Raymundo	
DOI 10.22533/at.ed.2701916092	
CAPÍTULO 3	26
AÇÕES CULTURAIS EM MUSEUS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROJETO CONSTRUINDO	
Christiane Maria Castellen	
DOI 10.22533/at.ed.2701916093	
CAPÍTULO 4	42
A CASA DA MEMÓRIA DA REDE FITOVIDA: ESTRATÉGIAS ASSOCIATIVAS DE GRUPOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM BUSCA DO <i>REGISTRO</i> DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Lucieni de Menezes Simão	
DOI 10.22533/at.ed.2701916094	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ana Sabina Mantey	
Edemar Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.2701916095	
CAPÍTULO 6	65
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): RETOMADA DO PROTAGONISMO DO ESTADO NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO?	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson do Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2701916096	
CAPÍTULO 7	79
O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2008	
Ary Jorge Aguiar Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.2701916097	
CAPÍTULO 8	91
ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCENTIVO LEGISLATIVO À GERAÇÃO DE TRABALHO A PARTIR DO ASSOCIATIVISMO	
Adelcio Machado dos Santos	
Evelyn Scapin	
DOI 10.22533/at.ed.2701916098	

CAPÍTULO 9	103
O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) TENDO COMO REFERÊNCIA OS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	
Susana Kelli Cabral de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.2701916099	
CAPÍTULO 10	115
ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
Rúbian Corrêa Coutinho	
Fabiana da Cunha Saddi	
DOI 10.22533/at.ed.27019160910	
CAPÍTULO 11	129
MÍDIA E DEMOCRACIA: RELAÇÕES DE PODER NA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO	
Denise Maria Mantovani	
Renan da Silva Rodrigues Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.27019160911	
CAPÍTULO 12	141
GÊNERO FINANCIADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2014	
Maria Cecília Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.27019160912	
CAPÍTULO 13	152
O SENADO EM DUAS DÉCADAS: SOCIAL BACKGROUND DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.27019160913	
CAPÍTULO 14	164
POLÍTICAS PARTIDÁRIAS DE CONFRONTAÇÃO NA ESFERA VIRTUAL: ANÁLISE DOS PERFIS DAS LIDERANÇAS DO PT E DO PSDB NO <i>FACEBOOK</i>	
Antonio Teixeira de Barros	
Cristiane Brum Bernardes	
Malena Rehbein Sathler	
DOI 10.22533/at.ed.27019160914	
CAPÍTULO 15	177
POSSESSÕES DEMONÍACAS EM MICHEL DE CERTEAU: ELABORAÇÕES IMAGINÁRIAS DO MALIGNO NO CONFRONTO COM A ALTERIDADE	
Larissa de Assis Pimenta Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.27019160915	
SOBRE A ORGANIZADORA	189
ÍNDICE REMISSIVO	190

MÍDIA E DEMOCRACIA: RELAÇÕES DE PODER NA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO

Denise Maria Mantovani

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, com pós-doutorado pela mesma instituição/Capes/Procad/ 2013. Foi professora do Instituto de Ciência Política, IPOL/Unb. Pesquisadora em gênero, mídia e representação política. Email para contato: denisemantovani@yahoo.com.br.

Renan da Silva Rodrigues Almeida

Mestrando em ciência política no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (Ipol/Unb). Email para contato: renan.sralmeida@gmail.com

RESUMO: O presente artigo discute a abordagem utilizada pelo noticiário jornalístico empresarial para tratar da regulamentação do trabalho doméstico. O intuito é refletir sobre a definição de sentidos, estereótipos e assimetrias que tais narrativas podem reforçar a partir dos enfoques adotados. A difusão desigual e seletiva de acontecimentos, o desequilíbrio de vozes, a naturalização de papéis sociais no noticiário, a ênfase para determinados enfoques e atributos afetam compreensões sobre a representação social, o que torna as reflexões sobre os meios de comunicação de massa um tema de permanente relevância sobre as democracias contemporâneas. O texto pretende observar as posições de fala e as relações de poder

presentes na narrativa jornalística a partir de uma pesquisa empírica sobre a cobertura noticiosa envolvendo a Proposta de Emenda Constitucional conhecida como a “PEC das domésticas” e as conexões com questões como a divisão sexual e racial do trabalho, subalternidade do trabalho doméstico e a naturalização de perspectivas sociais desiguais definidas pelo gênero, raça e classe social. As conclusões do artigo, mais do que oferecer posições definitivas, pretendem contribuir para os estudos sobre mídia, democracia e relações de poder, uma vez que os dados reforçam análises que apontam os limites do pluralismo social no discurso jornalístico. Em geral, essa presença é assimétrica e hierarquizada. Ao observar especificamente como o trabalho doméstico é tratado no noticiário, verifica-se a naturalização de determinadas posições de poder e o reforço de subalternidades de gênero e raça, além de evidenciar desigualdades na valoração do trabalho doméstico.

PALAVRAS-CHAVE: mídia; gênero e política; democracia e desigualdades interseccionais; trabalho doméstico remunerado.

MÍDIA AND DEMOCRACY: POWER
RELATIONS IN THE JOURNALISTIC

ABSTRACT: This article discusses the approach used by business journalism to deal with the regulation of domestic work. The intention is to reflect on the definition of meanings, stereotypes and asymmetries that such narratives can reinforce from the approaches adopted. The unequal and selective diffusion of events, the imbalance of voices, the naturalization of social roles in the news, the emphasis on certain approaches and attributes affect understandings about social representation, which makes reflections on the mass media a topic of permanent relevance to contemporary democracies. The text intends to observe the positions of speech and the relations of power present in the journalistic narrative from an empirical research on the news coverage involving the Proposal of Constitutional Amendment (PCA) known as the “Household PCA” and the connections with questions like the sexual and racial division of labor, the subalternity of domestic labor and the naturalization of unequal social perspectives defined by gender, race, and social class. The conclusions of the article, rather than offering definitive positions, are intended to contribute to studies on media, democracy and power relations since the data reinforce analyzes that point the limits of social pluralism in journalistic discourse. In general, this presence is asymmetric and hierarchical. By specifically observing how domestic work is dealt with in the news, one finds the naturalization of certain positions of power and the reinforcement of subalternities of gender and race, as well as showing inequalities in the valuation of domestic work.

KEYWORDS: media, gender and politics; democracy and intersectional inequalities; paid domestic work.

1 | INTRODUÇÃO

Embora a profunda transformação provocada pela internet nos sistemas comunicacionais contemporâneos, os meios empresariais tradicionais de mídia (jornais impressos, rádio e televisão) permanecem centrais na definição da agenda dos acontecimentos, produzindo impacto na construção e percepção sobre a realidade social, na produção discursiva e organização dos discursos públicos dominantes. Partindo dessa premissa, o estudo busca refletir sobre o campo jornalístico tradicional entendendo que essa esfera de produção simbólica ainda preserva uma função “orgânica” de dar coerência e unidade aos acontecimentos, mesmo com as profundas transformações e tensões produzidas pela internet no ambiente comunicacional. Ou seja, do ponto de vista das subjetividades, a esfera da comunicação tradicional tende a desempenhar um papel de “mantenedora das aparências da consciência moral” da sociedade (SODRÉ, 1996, p. 54).

Tais características dão ao campo jornalístico uma importância política, no sentido de ter relevância não somente pelo poder de definir o que deve ser considerado importante para o público, mas também nas abordagens que serão selecionadas

como predominantes, orientando interpretações e conferindo sentido às disputas (BIROLI; MANTOVANI, 2010, p. 92). Essa característica no plano simbólico se reflete diretamente na construção da realidade social uma vez que tende a estabelecer uma ordem, um sentido imediato para o mundo (BOURDIEU, 2007, p. 9). Esses elementos configuram um potencial organizador das relações cotidianas.

Do ponto de vista empírico, a metodologia para a análise desses aspectos procura observar como os atributos, as imagens, as ênfases e as ausências de determinadas vozes e grupos sociais ou mesmo o lugar em que são posicionadas na narrativa noticiosa podem contribuir para reforçar preconceitos ou mesmo naturalizar hierarquias de gênero, raça e classe social a partir da forma como são construídos os registros. Na primeira parte do artigo apontamos alguns elementos teóricos sobre o papel da mídia na construção de representações, relações de poder e estereótipos sociais. Em seguida, o texto trata da discussão em torno das desigualdades de gênero, raça e classe social com ênfase para o debate sobre trabalho doméstico remunerado. A última parte procura aplicar a reflexão teórica ao estudo empírico sobre a cobertura da regulamentação do trabalho das domésticas, tendo como método a análise qualitativa dos dados compilados na amostra do presente estudo.

2 | RELAÇÕES DE PODER E ESTEREÓTIPOS NA NARRATIVA JORNALÍSTICA

Há uma compreensão presente entre estudiosos e pesquisadores de mídia e política que os meios de comunicação de massa possuem uma posição relevante no debate público, sobretudo por sua capacidade de propagação e de organização dos sentidos para as ocorrências da vida cotidiana. Tais características orientam a compreensão dos indivíduos sobre o mundo que os cerca. Quanto mais distante o indivíduo estiver dos acontecimentos, maior será a orientação de sua compreensão do mundo a partir dos registros oferecidos pela mídia (McCOMBS, 2009, p. 94). Por isso, os indivíduos tendem a acolher como parte dos elementos a compor sua interpretação sobre o mundo aquilo que for selecionado e apresentado pelo campo jornalístico como relevante.

Da mesma forma, atribuições de status, valor e julgamentos pessoais podem ser reforçados a partir de posições estruturadas pela mídia, o que pode contribuir para reforçar, reacomodar ou mesmo reativar compreensões sobre o mundo social. O que é importante considerarmos para essa reflexão é a associação entre imagens construídas pela mídia e a relação com a forma como os atores sociais são situados nessas construções, bem como as vantagens e desvantagens advindas desses registros.

O sistema midiático não apenas define o que será a agenda (o tema) a ser tratado, mas privilegia determinados esquemas narrativos para interpretar esses acontecimentos em detrimento de outros (MIGUEL, 2014, p. 143). A ideia de que certos atributos funcionam como argumentos que marcam a abordagem de determinados temas permite considerar que certas formas de “enquadrar” o conteúdo organizam e estruturam “como

nós pensamos” os temas públicos (McCombs, 2009, p.140). Esses processos não são neutros, nem desinteressados e tampouco impermeáveis às tensões, conflitos e mediações que se definem na relação com outras esferas, o que muitas vezes também pode produzir ajustes na própria construção da notícia (MANTOVANI, 2016, p. 190).

Há uma co-relação entre esse conceito e os estereótipos construídos pelas narrativas jornalísticas. Para efeito da presente análise, é importante compreender os enquadramentos como um sistema que organiza o **contexto** em que os acontecimentos são retratados “por meio de seleção, ênfase, exclusão e saliência de determinados aspectos de uma realidade que promove uma interpretação, uma avaliação moral” (McCOMBS, 2009, p.137; ENTMAN, 1993, p.52; PORTO, 2004, p.80). Um dos elementos característicos da atividade jornalística está na necessidade de “tradução” ou simplificação das ocorrências. Para isso, em geral jornalistas utilizam recursos simbólicos e de representação que auxiliam nessa tradução de forma que determinadas tipificações podem ter como efeito potencial a “naturalização de determinados estereótipos” (BIROLI, 2011, p.95).

Teóricas feministas, por exemplo, observam o quanto os meios de comunicação podem colaborar para reforçar visões que reforçam desigualdades de gênero. A pesquisadora Iris Marion Young aponta como os meios de comunicação podem atuar sobre identidades e grupos sociais produzindo injustiças e desvantagens sistemáticas a partir dos estereótipos difundidos pela mídia, embora nem sempre de maneira consciente e intencional. Tais abordagens tendem a universalizar a experiência e a cultura de grupos dominantes como padrão (YOUNG, 2000, p. 103).

Esses mecanismos operam no plano simbólico a partir da “universalização da experiência e da cultura de um grupo dominante com acesso exclusivo e privilegiado de interpretação e [nas formas de] comunicação de uma sociedade” (FRASER, 1987, apud, YOUNG, 2000, p. 103, tradução da autora). Para Young, as expressões culturais de grupos dominantes estão amplamente disseminadas, de forma que “suas expressões culturais se transformam em expressões normais ou universais” (YOUNG, 2000, p. 103). Ou seja, os grupos culturalmente subalternizados experimentam uma opressão no sentido de uma “definição construída” de *seu lugar no mundo* a partir de estereótipos ou, então, por sua invisibilidade: “os estereótipos permeiam a sociedade de tal modo que não se percebem como questionáveis” (idem, p. 104).

Esse aspecto é relevante para a presente discussão uma vez que a construção dos estereótipos na mídia é definida “de fora” dos indivíduos, situados por uma rede de significados dominantes provenientes de alguma outra parte. O trabalho doméstico remunerado e os estereótipos construídos sobre essa atividade econômica são exemplos: atividade típica de mulheres e, em sua maioria, negras, reforçando um caráter de subalternidade de gênero, além do traço cultural escravocrata e classista.

Esses mecanismos contribuem para uma pluralidade social seletiva, além de estruturar mecanismos de silenciamento e interpretação do mundo social pela perspectiva dos grupos dominantes (MIGUEL, BIROLI, 2011, p.54). Determinados discursos podem privilegiar certos valores e hierarquias sociais que justificam e sustentam sistemas de

dominação e de relações de poder.

Biroli (2011) define os estereótipos enquanto “dispositivos cognitivos que funcionam como estruturas simplificadoras e facilitadoras para novas compreensões da realidade social e dos papéis sociais que cabem aos indivíduos”. No campo da mídia, eles “podem estar na base de representações da realidade que são internalizados pelos indivíduos, orientando suas ações” (BIROLI, 2011, p.76). Os estereótipos, portanto, são peças do discurso jornalístico que funcionam como atalhos cognitivos para explicar o novo e, também, como peça de sustentação dos enquadramentos a partir da identificação com determinadas expectativas padrão. “O problema dos estereótipos na mídia remete ao problema da pluralidade de enquadramentos e perspectivas que constituem o discurso midiático” (BIROLI, 2011, p. 95), das perspectivas e de suas posições socialmente situadas que predominam nos discursos noticiosos e que estão em permanente disputa na construção das realidades sociais. Explicitam relações de poder e dominação e podem funcionar como elementos de sustentação da ordem e do *status quo* nas relações cotidianas.

3 | DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL

As desigualdades e hierarquias de gênero, raça, etnia e orientação sexual remetem às conexões entre sistemas orientados por relações de dominação que se cruzam e produzem padrões de marginalização, opressão e exploração, afetando os indivíduos de forma diferenciada. São muitas vezes relações cotidianas a que grupos ou indivíduos estão submetidos por meio de restrições, constrangimentos, intimidação ou humilhações que degradam as agências marcadas pelo sexo, pela cor, pela origem cultural ou social e pela situação econômica.

Injustiças culturais ou simbólicas estão vinculadas a padrões sociais de representação, interpretação e de comunicação (FRASER, 2001, p. 250). No caso de perspectivas de gênero ou de raça, por exemplo, ao difundir valores que naturalizam posições assimétricas, ou ainda, ao representar essas perspectivas por meio de uma tipologia pré concebida, pode haver o reforço dessas assimetrias. A ideia de que cabe às mulheres a responsabilidade com o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos e da família, por exemplo, define situações desiguais e desvantagens entre homens e mulheres.

A naturalização da separação entre o público/domínio civil e o privado/domínio familiar vem sendo objeto de ampla reflexão no pensamento político contemporâneo uma vez que questiona a doutrina central do princípio liberal de igualdade entre os indivíduos. Ao mesmo tempo, expõe as desigualdades que estabelecem hierarquias em papéis de gênero construídos no interior da vida familiar. O capitalismo industrial promoveu os homens a “provedores” e as mulheres a “cuidadoras”, estruturando a

desigualdade por meio de hierarquias de gênero, raça/etnicidade e classe (BORIS, 2014, p. 102). Com a modernização das sociedades capitalistas, outro aspecto da dominação masculina se expressou com a institucionalização do trabalho da mulher fora de casa e a manutenção das tarefas do lar como “obrigações da mulher” (SAFIOTTI, 2013 [1969], p. 125). Na segunda metade do século XX, as lutas pela emancipação da mulher foram vinculadas ao valor do emprego fora de casa, rejeitando e desprezando as atividades do lar, o que reforçou o impacto pernicioso e subalternizado para as atividades vinculadas ao trabalho doméstico e ao cuidado (BORIS, 2014, p. 105).

Diante da emancipação de mulheres e a ocupação dos espaços públicos, surge uma crítica fundamental que se incorpora ao debate, expondo o aspecto da exploração racial. Presente nos questionamentos de Bell Hooks (2015) e proposta pelas teóricas feministas negras com a pergunta: “quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa?”, a crítica do movimento feminista negro expõe situações envolvendo, sobretudo, mulheres pobres e não brancas. Hooks, com isso, chama a atenção para as hierarquias raciais e as conexões entre o sistema escravocrata e a opressão vinculada à subalternidade de gênero e classe. Há uma relação de poder constituída a partir da formação do sistema capitalista moderno, sendo a colonização escravocrata o “lado oculto” dessa modernidade, que “produziu identidades raciais historicamente novas que passaram a ficar, por sua vez, associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes aos padrões de dominação” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 149).

4 | O TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E AS RELAÇÕES DE PODER

A literatura sobre o trabalho doméstico mostra que gênero, raça, etnia e origem geográfica são “atributos” naturalizados como preferenciais para o desempenho dessa atividade e, em geral, vêm acompanhados de má remuneração e jornada de trabalho excessiva, estruturados em relações de exploração e desigualdades (BRITES, 2013, p.428).

Bernardino-Costa (2015) chama a atenção para o fato de que, apesar de modificações ocorridas ao longo dos últimos anos, o trabalho doméstico continua sendo uma importante categoria ocupacional para milhares de mulheres, principalmente afro descendentes. Das 7,2 milhões de pessoas ocupadas na atividade em 2009, 93% eram mulheres (6,7 milhões) e, dessas, 66,6% eram negras e 38,4% brancas (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 147). Segundo o mesmo autor, dados da OIT mostram o Brasil como o país com maior número de trabalhadores domésticos do mundo, apontando para isso fatores como a formação da sociedade brasileira, a ausência de serviços públicos como creches, escolas integrais, lavanderias públicas e a forte concentração de renda (idem, 2015, p.148).

Hierarquias de gênero e raça nas relações de trabalho historicamente produziram segregação e desigualdades salariais. Há também uma divisão hierárquica intra

gênero no trabalho doméstico: às mulheres patroas cabe a administração das tarefas domésticas e o cuidado dos filhos e às trabalhadoras o trabalho “sujo, perigoso e degradante” (HSIAO-HUNG PAI, 2004, apud, BERNARDINO- COSTA, 2015, p. 153), estabelecendo marcos de desvalorização e subalternidade para quem o desempenha. O aspecto étnico-racial em que envolve o emprego doméstico remunerado é em grande parte marcado pelo estigma oriundo da escravidão e por relações “pater(mater)nalistas” (GEORGES, 2011, apud, PARADIS; SARMENTO, 2014, p. 11) onde as relações de trabalho misturam afeto, servidão, dominação, solidariedade, hierarquia e relações pessoais e trabalhistas. Além disso, as raízes racistas e patriarcais da sociedade brasileira ampliam a desigualdade entre mulheres brancas e negras, ricas e pobres (XAVIER; WERNECK, apud, PARADIS; SARMENTO, 2014,p. 11).

No entanto, é preciso destacar que as conquistas que geraram a regulamentação do trabalho doméstico é parte de um processo de lutas, de resistência e de reconhecimento, articulado por grupos e pessoas que vivenciaram experiências de opressão, marginalização e exclusão social e, de forma coletiva, por meio da organização sindical, dos movimentos de mulheres, dos movimentos negros, movimentos das feministas negras lutaram pela conquista do respeito moral e cultural de suas identidades. Um exemplo dessa trajetória de conscientização é Laudelina de Campos Mello, que viveu entre 1904 e 1991 e teve uma importância histórica tanto no movimento negro como o feminista no Brasil, sobretudo em defesa das mulheres negras e na luta pelo reconhecimento do trabalho doméstico remunerado, retirando o tema da invisibilidade e da marginalização (NOGUEIRA; JACINO, 2013, p. 288-289).

5 | PEC DAS DOMÉSTICAS E A ABORDAGEM NA MÍDIA: ANÁLISE DOS DADOS

Até abril de 2013, as trabalhadoras domésticas brasileiras não possuíam os mesmos direitos e benefícios que os demais trabalhadores urbanos e rurais do país. A tematização do assunto na mídia no período de 2013 a 2015 foi motivada pela promulgação da Emenda Constitucional n.º 72, em abril de 2013, fruto da Proposta de Emenda à Constituição tratada pelo noticiário como “PEC das domésticas” (PEC n.º 66, de 2012, no Senado Federal e n.º 578, de 2010, na Câmara dos Deputados) e pela sanção presidencial, em junho de 2015, da Lei Complementar n.º 150, que regulamentou a Emenda Constitucional.

Corpus e Metodologia – O trabalho metodológico consistiu em analisar os textos noticiosos que trataram sobre a temática nos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Jornal Nacional* no período compreendido entre janeiro de 2013 até dezembro de 2015, anos importantes por conta dos acontecimentos acima elencados. Para a definição do *corpus* de análise foram realizadas buscas nos sites dos três veículos mencionados utilizando as palavras-chave “PEC das domésticas”, “trabalho doméstico”, “trabalhador/a doméstico/a”, “emprego doméstico” e “empregado/a doméstico/a”. A seleção das matérias para compor o *corpus* seguiu o critério de possuir uma relação

direta com o tema da pesquisa.

Seguindo os critérios acima expostos, o total do escopo da pesquisa empírica envolveu 254 matérias, sendo **112 textos (44,1%)** na *Folha de S.Paulo*. No site do *Jornal Nacional*, foram encontradas 20 reportagens, sendo que **18 matérias (7,1%)** foram incluídas no *corpus* de análise e duas excluídas por não se adequarem ao objeto de análise. No jornal *O Globo*, foram **124 matérias (48,8%)**. O objetivo é permitir uma análise qualitativa indicativa das tendências de abordagens e enquadramentos.

Foram estabelecidos três estágios de trabalho: a) busca e seleção das matérias com o uso das palavras-chave e elaboração do questionário, b) preenchimento de uma ficha-resposta para cada texto ou matéria jornalística; c) a observação consolidada dos resultados. Para a análise desses resultados foi utilizado o software estatístico *Sphinx*, uma ferramenta que permite a observação cruzada de dados quantitativos e qualitativos. A ficha de resposta possui 31 questões padronizadas para permitir quantificar e qualificar os resultados, entre os quais: a) seção ou caderno em que o assunto foi tratado (Poder/País; Cotidiano/Sociedade; Economia/Mercado; Opinião ou outro); b) espaço dedicado para o assunto (uma página, ½, ¼ de página ou menos para os jornais impressos, duração da matéria em minutos para o jornal televisivo), além da presença de fotos, gráficos ou infográficos; c) tipos de texto (reportagem, editorial, entrevista, coluna, artigo, notas de coluna); d) enquadramentos predominantes; e) consequências apontadas no texto (que vão reforçar os marcos interpretativos presentes nos enquadramentos).

Aspectos gerais

a) Ênfase econômica – Os resultados indicam que os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo* agruparam a temática na editoria econômica. Enquanto o primeiro tratou 82,1% de seus textos (92 entre 112) no caderno “Mercado”, o segundo destinou 82,2% das matérias (102 de 124 textos) à publicação na seção de “Economia”, o que mostra a homogeneidade na perspectiva de abordagem do assunto. Outro dado geral que os registros compilados mostram é que a maior parte do agendamento do tema foi por meio de reportagens, com 75,6% do material analisado (192 textos). Além disso, o tema “trabalho doméstico” foi abordado em 15 editoriais (5,9%). Na análise qualitativa percebe-se que a *Folha de S.Paulo* adota uma abordagem favorável às novas regras, abordando o tema como uma questão de direitos das trabalhadoras domésticas. Já *O Globo*, apesar de não negar a importância das medidas, enfatizou sobremaneira as consequências da nova legislação, em geral problematizando de forma negativa a extensão dos direitos, que trariam problemas tanto para os patrões quanto para as trabalhadoras. Nos jornais impressos, a temática também mobilizou os espaços de opinião, com 26 colunas (10,2%) e 10 artigos assinados (3,9%) dedicados a discuti-la.

No geral, embora os jornais enaltecessem o avanço da legislação, é possível perceber que os textos “problematizam” o assunto sob o ângulo econômico, tratando desde o impacto financeiro para os patrões, os riscos de desemprego para os

empregados, as mudanças nas relações entre patrões e empregados no âmbito da família, entre outros.

b) Enquadramento predominante – A análise cruzada entre veículos e enquadramentos predominantes identifica diferenças de abordagens nos três veículos. Enquanto a ênfase dos impressos estava voltada para o ângulo da economia, o telejornal se dividiu entre o que se costuma chamar no “jargão” jornalístico de matérias de “serviço”, concentrando os registros em “esclarecimentos sobre a legislação”, e matérias que abordavam “problemas para pagamento dos benefícios”, alimentadas pelas dificuldades técnicas enfrentadas pelos empregadores para acessar o sistema virtual da Receita Federal que calculava as alíquotas que aqueles deviam pagar. Juntos, esses dois enquadramentos respondem por pouco mais da metade das matérias do Jornal Nacional (10 entre 18 matérias). É possível considerar que a preocupação central foi orientar os patrões sobre como ficará o regime contratual com as novas medidas.

Outra diferença entre os veículos impressos e o televisivo foi a preocupação daqueles em discutir mais sistematicamente o impacto das medidas, ou seja, se estas gerariam demissões, redução da formalização no setor, encarecimento do trabalho doméstico, ou mesmo atributos mais positivos como a equiparação com outros tipos de trabalho e redução da exploração. Cerca de um quinto das matérias da *Folha de S.Paulo* e *O Globo* tiveram a discussão das “consequências da extensão dos direitos” como elemento central. É possível considerar que, associado à temática econômica e às preocupações com o impacto para a classe de empregadores, as abordagens também procuraram esclarecer as medidas e, ao mesmo tempo, valorizá-las como avanços. Questões de fundo como a desigualdade social e a temática do cuidado não foram registradas (para uma explicação detalhada das categorias de análise, ver ALMEIDA, 2017).

Quem fala nos textos e enquadramentos predominantes

As vozes presentes nos textos informativos permitem observar quem foi mobilizado para falar: quais as posições, perspectivas e lugares institucionais que foram selecionados para a construção do noticiário. As falas presentes nos textos em geral atuam para valorizar as novas regras, mas não se discute o *status* e os estereótipos associados às personagens, naturalizando as posições situadas e as relações de poder que se definem a partir dessas perspectivas.

a) Vozes institucionais - As vozes que deram sentido ao noticiário confirmam uma tendência da mídia de valorizar posições institucionais (COOK, 2011; MIGUEL, BIROLI, 2011). Cerca de 30% de todas as vozes ouvidas pelos veículos foram de parlamentares, representantes do Poder Executivo, membros do Poder Judiciário e burocratas do Estado. Na *Folha de S.Paulo* e em *O Globo*, “patroas” ou “patrões” foram ouvidos 34 vezes, com predominância de mulheres (28 para somente 6

homens). No Jornal Nacional, houve o predomínio de mulheres brancas como patroas entrevistadas (quase um quinto das citações), uma mulher branca, ministra Delaíde Arantes do Tribunal Superior do Trabalho, foi fonte em cinco reportagens no telejornal (11,4% das citações), por ter sido empregada doméstica. Já as mulheres pretas ou pardas apareceram na função das empregadas domésticas (4 vezes, ou um décimo das citações) e um parlamentar branco (o então senador Romero Jucá, relator da proposta, foi ouvido 4 vezes) (para mais dados, tabelas e gráficos, ver ALMEIDA, 2017).

As vozes das empregadas domésticas em geral aparecem como fontes que legitimam as posições em que foram situadas no noticiário, tanto nos impressos quanto no telejornal. São personagens individuais que registram experiências de vida para enfatizar os benefícios da legislação, sem alterar os limites da controvérsia em torno do assunto. São testemunhos que reforçam a perspectiva da abordagem. A controvérsia tem um caráter não conflitivo e os “dois lados” (patrões x empregados) atuam no interior de uma moldura que naturaliza as posições em questão. A expressiva presença de “outras vozes” (23 menções) se insere em enquadramentos que discutem o impacto econômico, os ajustes do mercado diante das novas obrigações dos patrões e oferecem “alternativas” para essa nova realidade. São fontes que representam empresas de serviços terceirizados, associações patronais e trabalhistas variadas ou organizações internacionais que enfatizavam a mudança do perfil do trabalho doméstico e apontam para os serviços de diarista.

b) A baixa presença das mulheres políticas – Dentre as vozes políticas, a presença das mulheres parlamentares foi residual na amostra (8 vezes). Percebe-se que a presença no noticiário dos parlamentares homens é majoritária (foram 37 vezes, sendo 33 nos impressos e 4 no JN). A concentração em personagens masculinos na cobertura política reforça o estereótipo de que mulheres não são próprias para a atividade política, invisibilizando sua presença. Se tomarmos como referência a PEC das domésticas, em que houve forte mobilização de parlamentares mulheres principalmente dos partidos de esquerda para sua tramitação no Congresso e reforçada pela atuação dos movimentos sociais (movimentos feministas, movimentos feminista negro, movimento negro), a ausência das parlamentares mulheres do protagonismo público no noticiário é um contraste que reforça a crítica de que a mídia “colabora para a marginalidade das mulheres na política e reforça estereótipos de gênero” (MIGUEL, BIROLI, 2011, p. 157).

c) A ausência dos movimentos sociais – A pouca representação do sindicato das trabalhadoras domésticas (7 menções), dos movimentos feministas (zero), dos movimentos feministas de mulheres negras (zero) nas falas, é outro fator que reforça essa perspectiva analítica. Podemos considerar que a ausência dessas vozes nos textos noticiosos é uma forma de enquadramento produzida pela *não presença* de perspectivas sociais, afetando a pluralidade e a compreensão das diversas matizes que envolvem a questão. Não foram encontradas matérias jornalísticas tratando do

racismo e a subalternização da atividade ou mesmo as hierarquias de gênero e de classe enquanto sistemas que estruturam as relações no âmbito do trabalho doméstico (embora tenham sido publicados artigos de opinião sobre o tema).

6 | CONCLUSÃO

Neste artigo procuramos mostrar como determinados discursos propagados podem privilegiar certos valores e hierarquias sociais que podem justificar e naturalizar sistemas de dominação e de relações de poder. Neste caso, a observação empírica permite considerar que a narrativa construída em torno da regulamentação do trabalho doméstico foi definida numa esfera de controvérsia delimitada. As estruturas e hierarquias de classe, gênero e raça presentes na temática sobre o emprego doméstico não foram confrontadas.

Muito embora parte importante dos textos da amostra aponte para um noticiário descritivo sobre a nova legislação, os textos com enquadramentos em que predominaram aspectos econômicos, a ênfase para consequências aos patrões com impacto sobre o emprego estruturaram a forma de pensar o assunto a partir da perspectiva da classe média empregadora.

Ao observar esse mesmo noticiário sob a perspectiva dos estereótipos entendidos como “atalhos cognitivos” percebemos como tais construções podem colaborar para a naturalização de imagens sem problematizar identidades, reforçando, assim perspectivas hegemônicas e papéis hierarquicamente posicionados nas relações de poder como os papéis naturalizados das patroas/empregadas e a presença masculina nos “papéis tradicionais para homens”, na esfera política ou empresarial. O espaço definido para essa controvérsia não incluiu agentes ou temas que permitissem discutir desigualdades e sistemas de opressão estruturados socialmente.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Renan. **Mídia e política: a construção do noticiário sobre o trabalho doméstico no Brasil**. 2017. 64 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Revista Sociedade e Estado, vol.30,n. 1, 2015. p. 147- 163.

_____. **Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução de estereótipos no discurso jornalístico**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, Brasília, 2011, p.71-98.

BIROLI, Flávia, MIGUEL, L.Felipe. **Gênero, raça e classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. Mediações, Londrina, Paraná, vol.20, n.2, 2015, p. 27-55.

BORIS, Eileen. **Produção e reprodução, casa e trabalho**. Trad. Guilherme Gaspar de Freitas Sobrinho. Tempo Social, v.26, n.1, 2014, p. 101-121.

BRITES, Jurema Gorski. **Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas**. Cadernos de Pesquisa, v.43, n.149, 2013, p. 422-415.

COOK, Timothy E. **O jornalismo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.6, Brasília, 2011, p. 203-247.

ENTMAN, Robert. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, vol. 4, n. 4, 1993, p. 51 – 58.

FRASER, Nancy. **Repensando La esfera pública: una contribución a La crítica de la democracia actualmente existente**. Equador Debate, Quito, Equador, n.46, 1999, p. 139-173.

_____. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós socialista**. IN: SOUZA, Jessé (org). Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea, Brasília: Editora UNB, 2001, p. 245-282.

GOFFMAN Erving. **Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Tradução: Fabio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2010.

HOOKS, Bell. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.16. Brasília, janeiro/abril de 2015, p. 193-210. Disponível no scielo.

HONNETH, Axel. **A luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

MANTOVANI, Denise M. **O aborto nas eleições de 2010: o papel do jornalismo na definição dos discursos conservadores**. IN: BIROLI, Flavia; MIGUEL, L. Felipe, 1ª ed, São Paulo: Alameda, 2016, p. 189 – 216.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da Agenda, a mídia e a opinião pública**, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MIGUEL, L.Felipe, BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**, São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

NOGUEIRA, Maria Julia; JACINO, Hakon. **A mulher negra e as desigualdades no mundo do trabalho**. IN VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs), São Paulo: Ed.Perseu Abramo: Eds. SESC SP, 2013, p. 279-290.

PARADIS, Clarisse G.; SARMENTO, Rayza. **A PEC das domésticas eos enquadramentos midiáticos sobre o trabalho feminino**. Trabalho apresentado no 2º Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdade, Universidade de Brasília, Brasília, maio de 2014.

PORTO, Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. IN: RUBIM, Antonio A. (org). Comunicação e Política, conceitos e abordagens. Salvador: Ed. Edfuba, agosto de 2004, p. 73 – 104.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes. Mito e Realidade**, 3ª Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed: Vozes, 1996.

SORJ. Bila. **Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil**. Cadernos de pesquisa, v.43, n.149, 2013, p. 478-491.

YOUNG, Iris Marion. **La justicia y la politica de la diferencia**, Madrid: Ed Catedra, *Universidad Valencia*, 2000. Cap 2: *Las cinco caras de la oppression* (p.71 – 113).

SOBRE A ORGANIZADORA

KAROLINE COELHO DE ANDRADE E SOUZA é professora de Direito no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), pesquisadora do LABTESP - Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e advogada inscrita na OAB/PR n. 77.135. É especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, Estado Democrático de Direito, direito penal, segurança pública, filosofia política, teoria social contemporânea e pós-estruturalismo. Acesso ao currículo: <http://lattes.cnpq.br/3843800393382466>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentados 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 191

Assistência Social 28, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 191

C

Casa da Memória 42, 46, 47, 48, 50, 191

Combate à exclusão social 92, 98, 191

Constituição Federal 4, 15, 28, 55, 96, 104, 116, 118, 191

Cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 82, 94, 104, 106, 120, 132, 140, 173, 175, 177, 179, 184, 191

D

Democracia 3, 5, 18, 56, 92, 100, 102, 129, 140, 150, 151, 166, 175, 189, 191

Desenvolvimento 3, 4, 6, 14, 15, 19, 20, 26, 29, 30, 31, 33, 36, 41, 50, 52, 53, 54, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 91, 92, 99, 102, 105, 106, 110, 111, 116, 122, 123, 142, 191

Desenvolvimento Social 30, 63, 91, 191

Desigualdades 30, 56, 67, 69, 71, 77, 92, 95, 101, 120, 129, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 191

Desigualdades Interseccionais 129, 191

Direitos Culturais 7, 16, 17, 23, 191

E

Eleições 66, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 160, 162, 183, 191

Estado 1, 4, 5, 6, 8, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 36, 40, 42, 43, 44, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 137, 139, 142, 144, 150, 177, 182, 184, 185, 189, 191

F

Financiamento público da cultura 1, 191

G

Gênero 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 191

Gestão Democrática 91, 191

I

Incentivo à Cultura 1, 8, 9, 15, 44, 191
Inclusão Econômica 92, 191
Inclusão Sociocultural 26, 27, 30, 31, 37, 39, 191
Interdisciplinaridade 177, 186, 191
Internet 27, 117, 124, 130, 164, 168, 173, 175, 176, 191

L

Lei Maria da Penha 115, 118, 119, 121, 125, 126, 127, 191
Lideranças Partidárias 168, 191

M

Mecanismos de proteção 50, 191
Mercado 1, 5, 6, 8, 23, 65, 68, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 88, 92, 93, 136, 138, 191
Mídia 82, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 168, 169, 173, 174, 175, 191

N

Neoliberalismo 77, 191
Novas práticas sociais 38, 191

P

Partidos Políticos 141, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 163, 164, 165, 176, 191
Patrimônio imaterial 42, 43, 48, 51, 191
Planejamento 3, 60, 61, 65, 68, 69, 72, 74, 77, 78, 81, 96, 106, 111, 191
Poder público 9, 17, 18, 20, 21, 36, 92, 120, 122, 191
Política cultural 1, 2, 3, 4, 6, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 191
Política pública preventiva 115, 117, 125, 191
Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 15, 17, 28, 39, 42, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 191
Prática social 53, 106, 191

R

Recrutamento político 152, 154
Redes sociais 111, 112, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 176
Relações de poder 33, 119, 129, 131, 133, 137, 139
Renda 4, 5, 14, 17, 19, 22, 27, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 134, 149

T

Tomada de decisão 103, 105, 107, 141

Trabalho 1, 2, 3, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 28, 32, 33, 37, 42, 44, 45, 48, 51, 54, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 79, 80, 81, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 105, 107, 108, 111, 115, 117, 120, 122, 123, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 154, 156, 165, 167, 172, 176

Trabalho doméstico 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

V

Violência de gênero 115, 120, 121, 122, 126, 127

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-627-0



9 788572 476270